bep Bolsa de Emprego Público

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202611/0881
Tipo Oferta: Mobilidade Interna
Estado: Ativa
Nível Orgânico: Câmaras Municipais
Orgão / Serviço: Câmara Municipal de Palmela
Regime: Carreiras Gerais
Carreira: Técnico Superior
Categoria: Técnico Superior
Grau de Complexidade: 3
Remuneração: De acordo com a posição e nível remuneratório no organismo de origem
Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

No âmbito do Gabinete Jurídico, com as respetivas funções:
- Recolher, tratar e difundir legislação, jurisprudência, doutrina e outra informação, necessária aos serviços da CMP;
- Apoiar e colaborar na elaboração e revisão de normas, regulamentos e posturas, de forma a manter atualizado o ordenamento jurídico municipal, face aos planos aprovados e às deliberações tomadas;
- Assegurar a assessoria jurídica ao executivo e às unidades orgânicas, nomeadamente através da elaboração de pareceres jurídicos e informações sobre a interpretação e aplicação da legislação, bem como normas e regulamentos internos, a submeter sempre que adequado à homologação dos/as titulares da competência;
- Apoiar a análise e interpretação da legislação que diga respeito à atividade autárquica e às relações desta com terceiros, bem como das normas, posturas e regulamentos em vigor;
- Apoiar no estudo e na interpretação do conteúdo dos contratos ou na sua elaboração quando o município for um dos contraentes;
- Apoiar na elaboração de programas de concurso e cadernos de encargos, nomeadamente no que concerne aos aspetos jurídicos que aqueles devem contemplar;
- Assegurar o cumprimento das atribuições municipais no âmbito do processo de execução fiscal, desenvolvendo as ações necessárias à instauração com base nas respetivas certidões de divida e toda a tramitação até à extinção dos processos de cobrança coerciva por dívidas de caráter fiscal ao município, ou que sigam esta forma de processo na sua cobrança;
- Organizar e instruir dentro dos prazos definidos, os processos de contraordenação, praticando todos os atos e cumprindo todas as formalidades legais necessárias, elaborando relatórios finais com proposta de decisão;
- Assegurar a articulação com os serviços municipais competentes pelo levantamento de autos de notícia por contraordenação, assim como o apoio jurídico necessário;
- Promover as diligências necessárias à instrução dos processos de contraordenação;
- Analisar os recursos interpostos das decisões tomadas dos processos de contraordenação, propondo a revogação de decisões ou o seu envio a Tribunal no prazo legal;
- Propor e diligenciar a remessa dos autos para o Ministério Público a fim de promover a execução nos casos em que o pagamento da coima não seja efetuado voluntariamente;
- Colaborar na manutenção de um registo atualizado de processos de contraordenação instruídos pelo município;
- Instruir processos disciplinares, de inquérito, de sindicância ou de averiguações aos serviços e trabalhadoras/es do município, desenvolvendo as ações necessárias à sua tramitação até à elaboração dos relatórios finais com proposta de decisão;
- Instruir processos extrajudiciais de responsabilidade civil extracontratual não transferida a terceiros;
- Elaborar participações crime pela prática de atos que indiciam a prática de atos tipificados como crime;
- Cumprir os procedimentos internos, contribuindo para a sua melhoria contínua, suportada por uma avaliação crítica sistemática e pela formulação de propostas de alteração;
- Recolher, analisar e sistematizar informação relevante para a elaboração de relatórios de gestão/atividades e outros instrumentos de apoio à gestão.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Palmela	1	Largo do Município	Palmela	2954001 PALMELA	Setúbal	Palmela

Total Postos de Trabalho: 1

Observações: Condicionada à realização de entrevista profissional de seleção e avaliação curricular. É necessário preenchimento de Impresso próprio de candidatura, disponível através do sítio www.cm-palmela.pt (Balcão Único>Portal Recrutamento> Mobilidade na categoria)

Requisitos de Admissão

Relação Júridica Exigida: Nomeação definitiva

CTFP por tempo indeterminado

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura em Direito

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Direito, Ciências Sociais e Serviços	Direito	Direito

Outros Requisitos:

Formalização Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Divisão de Recursos Humanos - drh@cm-palmela.pt

Contacto: 212336682

Data Publicitação: 2026-11-20

Data Limite: 2026-11-30

Descrição do Procedimento

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social:

Descrição do Procedimento:

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional